HISTÓRIA ORAL: CONCEITOS, METODOLOGIA, APLICAÇÃO NA NARRATIVA HISTÓRICA DA INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA QUINTA REGIÃO

Analândia Aguiar de Freitas Leite[1]

RESUMO: Esse trabalho tem por objetivo avaliar o uso da História Oral para produção de fontes para embasar a narrativa histórica em face da lacuna entre a Resolução 1/88, do ex-TFR, que dispôs sobre a localização da sede do TRF5, no Recife-PE, e as tensões políticas anteriores à escolha da sede deste Tribunal. Essa narrativa terá como antecedente o processo de redemocratização do Estado brasileiro, com a alteração de estrutura do Poder Judiciário, promovida pela Constituição Federal de 1988 (art. 92). Inicialmente traremos conceitos de História Oral (HO), seja técnica ou metodologia. Indicaremos os elementos, as ações, os tipos de abordagem em HO; como usamos as técnicas no caso em concreto, no tocante a escolha dos entrevistados, o contato inicial com eles, o modo da entrevista, a preparação do questionário, o equipamento, a transcrição, o termo de autorização. Faremos a reflexão sobre uso do resultado da pesquisa articulado com as demais fontes: jornais e a normatização de regência.

PALAVRAS-CHAVE: História Oral. Sede do TRF5. Escolha.

INTRODUÇÃO

Juntamente com processo de redemocratização do Estado brasileiro, por ocasião da promulgação da Constituição Federal de 1988, operou-se a reestruturação do Poder Judiciário, com o fito de agilizar o julgamento dos processos nas instâncias recursais. Nessa nova estrutura, foram criados cinco Tribunais Regionais Federais. A escolha da sede do Tribunal Regional Federal da Quinta Região no Recife foi precedida de tensões políticas entre os Estados do Nordeste do Brasil, maiormente entre Pernambuco e Bahia, conforme noticiado em alguns periódicos da época, a exemplo do Jornal do Commercio e do Diário de Pernambuco de 31 de março de 1989.

A Constituição Federal de 1988, ao prever a nova estrutura do Poder Judiciário, deixou expresso no ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – (§ 6º do art. 27) que caberia ao Tribunal Federal de Recursos – TFR - a

[1] Aluna do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História – UNICAP.

escolha das sedes dos Tribunais Regionais Federais, observando-se a maior demanda dos processos judiciais, bem como a localização geográfica. Essa escolha ficou estabelecida na Resolução n. 1/88, do, hoje extinto, Tribunal Federal de Recursos – TFR, a qual não explicitou as razões das escolhas das sedes (LEITE, 2018). Ante tal lacuna documental, procuramos em outras fontes esclarecer os motivos da escolha do Recife como sede do Tribunal Regional Federal da Quinta Região – TRF5, a exemplo dos periódicos Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio (PE), Jornal do Brasil, Correio Braziliense (DF), O Liberal (Belém-PA), bem como nas fontes orais.

Nesse trabalho, iremos refletir sobre o uso da História Oral (HO) como metodologia e/ou técnica no trabalho de construção de fontes para embasar a narrativa histórica acerca das razões da escolha da sede do TRF5 no Recife. Num primeiro momento, traremos à baila o conceito, elementos e abordagem temática da História Oral, os quais encontramos em artigos científicos e livros especializados no tema. Depois e ainda com base nas lições dos estudiosos em HO, explicaremos como fora o procedimento de seleção dos entrevistados, o primeiro contato, o modo de elaboração do questionário utilizado na entrevista, o processo de gravação e de transcrição, a entrega desse texto para eventual correção pelo depoente, de cópia do áudio, do termo de autorização, para conferência e aceite de cada um dos entrevistados.

HISTÓRIA ORAL (HO): CONCEITO

Segundo a literatura especializada, a História Oral pode ser definida como um método ou técnica para a realização de entrevistas, com pessoas que presenciaram um evento ou conviveram com os atores desse evento, a fim de captar suas visões/percepções acerca do ocorrido pesquisado, resultando na produção de fontes, a partir das quais o pesquisador se aproximaria mais do seu objeto de estudo. Vejamos a definição de Alberti (2013, p. 24):

> Se podemos arriscar uma rápida definição, diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que

> participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam. (ALBERTI, 2013, p. 24)

Outros estudiosos acharam por bem definir a História Oral pelo efeito que sua prática provoca na sociedade, afirmando que, ao se realizar a entrevista com as testemunhas do evento, pode-se captar uma visão até então desconhecida nos campos de investigação e capaz de revelar novos espaços de pesquisa. É o caso de Thompson que, segundo Menegolo, Cardoso, Menegolo (2006, p. 4),

> define história oral como uma prática social possivelmente geradora de mudanças que transformam tanto o conteúdo quanto a finalidade da história, pois, para ele, a história oral altera o enfoque da própria história e revela novos campos de investigação, podendo derrubar barreiras entre alunos, professores, gerações, instituições educacionais e até o mundo exterior. (MENEGOLO, CARDOSO, MENEGOLO, 2006, p. 4)

Também há quem defina História Oral como um instrumento de pesquisa para recuperar memórias, por meio entrevistas com as testemunhas de acontecimentos ou conjunturas, tendo como consequência a produção de fontes de estudo, as quais podem ser reunidas em acervo para futura consulta de pesquisadores, chamando a atenção ainda para a possibilidade de novas visões/perspectiva/interpretações sobre o tema estudado advirem do resultado dessa prática. Nesse sentido expressam Cappelle; Palerosi; Miranda (2010, p. 2):

> A história oral embasa-se na realização de entrevistas com pessoas que presenciaram ou testemunharam acontecimentos ou conjunturas, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Em outras palavras, é um instrumento privilegiado por recuperar memórias e resgatar experiências de histórias vividas, trabalhando com o testemunho oral de indivíduos ligados por traços comuns. Como consequência, a

> história oral produz fontes de consulta para estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, momentos, à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram. A utilização da história oral fornece novas perspectivas para a pesquisa social aplicada porque possibilita conhecer diferentes versões e interpretações sobre determinado tema. (CAPPELLE; PALEROSI; MIRANDA, 2010, p. 2)

Especificamente no tocante a possíveis diferentes versões e interpretações sobre determinado tema, captadas das fontes produzidas pela História Oral, Montenegro (2019, p. 45) chama atenção para o fato de que:

> ao trazer a público esses testemunhos, outras operações historiográficas serão possíveis, na medida em que estabelecem conexões e confrontos com distintas coleções documentais, que certamente engendrarão novos deslocamentos analíticos**.** **(**MONTENEGRO, 2019, p. 45)

DIFERENÇA ENTRE A ENTREVISTA DA HO E A DO JORNALISMO

Devemos destacar que há profundas diferenças, tanto de finalidade, interpretação e de condução, entre a entrevista da História Oral e a do Jornalismo. Enquanto o objetivo do jornalista é informar o mais brevemente- imediatamente possível o depoimento dado, inclusive podendo omitir a fonte da informação (art. 5º, inc. XIV, *in fine*, da Constituição Federal), o foco da HO é analisar o conteúdo da entrevista dentro do contexto social do depoente, articulando o dito com os estudos historiográficos anteriores, bem como com outros depoimentos e fontes. Almeida (2012, p. 3) aborda esse tema com os dizeres de Corrêa (1978, p. 13):

> Complementando seu conceito, Carlos Humberto Corrêa visualiza um diferencial no trabalho do historiador, quando confrontadas a entrevista em história oral e a entrevista jornalística: "a história oral difere da entrevista jornalística porque não visa sua utilização imediata, difere porque as técnicas de condução da entrevista são próprias e porque ao jornalista falta perspectiva histórica, o que não deve faltar ao historiador". (ALMEIDA, 2012, p. 3)



HO: ELEMENTOS, AÇÕES, TIPOS

Para que seja possível a realização da entrevista na abordagem da HO, há a necessidade da presença do entrevistador, do entrevistado e do aparelho para gravar a conversa gerada por ambos, os quais são elencados como elementos da HO, segundo Menegolo, Cardoso e Menegolo (2006, p. 4), quando cita Meihy (1996), nesse passo, destacam como três as ações: a gravação; a confecção do documento escrito; a eventual análise desses documentos. O local de gravação da entrevista deve proporcionar tranquilidade ao depoente, de modo que as suas memórias não sejam afugentadas por distrações do meio externo, comprometendo o nível de detalhamento da narração daquilo que foi vivido pelo entrevistado, ou mesmo que não sejam alterados o discurso e/ou os conceitos expressos pelo entrevistado, no que diz respeito ao tema perguntado/pesquisado, segundo Menegolo, Cardoso e Menegolo (2006, p. 5), quando cita Thompson (1992: 163).

O áudio ou vídeo gerado pela entrevista posteriormente terão sua conversa transcrita e submetida a análise. Há a análise/conferência – da conversa transcrita – pelo depoente, ao qual é requerido um termo de autorização para o uso posterior – da sua entrevista e informação que foram prestadas ao entrevistador – pelo pesquisador. Há também a análise do pesquisador; no caso do historiador, deve ser articulado o conteúdo da entrevista com o contexto histórico sobre o qual se refere e sobre o qual fora confeccionado o depoimento, de acordo com Menegolo, Cardoso e Menegolo (2006, p. 5), quando cita Thompson (1992: 57-59; 297; 301-305).

Ainda sobre as impressões acima descritas, os mesmos autores afirmam, citando Meihy (1996) e Thompson (1992):

> Nesse sentido, Meihy (1996: 15-16) categoriza três elementos fundamentais para construir uma história oral: "o entrevistador, o entrevistado e a aparelhagem de gravação". A partir desses elementos, o autor propõe três ações: "a da gravação, a da confecção do documento escrito, a de sua eventual análise". O autor percebe ainda que é possível existir três tipos de história oral: "história oral de vida, história oral temática e tradição oral". (...)

> Outro fator determinante em uma entrevista, abordado por Thompson (1992: 163), refere-se ao local em que ela é realizada, podendo alterar o próprio discurso do entrevistado e seus conceitos sobre o que diz. (..) A gravação das entrevistas, na opinião de Thompson (1992: 146-147), é a primeira etapa e deve ser um registro fidedigno e exato, pois retrata exatamente o dito, principalmente as marcas de incerteza, humor, fingimento e dialetos. Ao contrário do registro escrito. (MENEGOLO, CARDOSO E MENEGOLO, 2006, pp. 4-5)

A depender do objeto de estudo, a literatura especializada em História Oral aponta três tipos de abordagem: a HO de vida; a HO temática e a tradição oral, conforme indica Capelle; Palerosi, Miranda (2010, p. 6), citando Meihy (2002).

HO: A ABORDAGEM TEMÁTICA

De acordo com o quadro esquemático elaborado no estudo de Capelle; Palerosi; Miranda (2010, p. 6), a HO temática é tida por solução metodológica/técnica para análise de objeto em diversas áreas de conhecimento. Nela o entrevistador parte de um assunto específico relacionado à vivência do entrevistado, buscando a perspectiva desse acerca daquele assunto e, por isso, é importante o colhimento de detalhes da vida pessoal do depoente, a fim de bem contextualizar o dito/narrado e articular suas impressões com estudos historiográficos precedentes bem como com eventuais fontes diversas. Com base nessas informações prévias, as entrevistas desse tipo de HO (temática) podem ser semiestruturadas. Nesse sentido, colacionamos as expressões de Capelle; Palerosi; Miranda (2010, p. 6):

> Aspectos principais - História oral temática
> É a que mais se aproxima das soluções comuns e tradicionais de apresentação de trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento acadêmico. - A entrevista é mais um documento, compatível com a busca de esclarecimentos e, por isso, o grau de atuação do entrevistador como condutor dos trabalhos fica mais explícito. - Parte de um assunto específico e preestabelecido - a objetividade é direta, pois a temática gira em torno de um esclarecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido. - Pretende-se que a história oral temática tenha alguma versão de um acontecimento que seja discutível ou contestatória. O entrevistador tem papel mais ativo, inclusive de contestação do que o

> entrevistado diz. - Detalhes da vida pessoal do narrador interessam por revelarem aspectos úteis à informação temática central. - Fonte: Adaptado de Meihy (2002).
> (...)
> Em termos da entrevista, sabe-se que a padronização de perguntas é uma dificuldade a mais a ser enfrentada, principalmente em casos de história de vida, dada a singularidade da mesma. Esse aspecto, em histórias temáticas, é menos problemático, pois as entrevistas podem ser semi-estruturadas, já que o pesquisador previamente sabe com mais precisão o que deve ser buscado. (CAPELLE; PALEROSI; MIRANDA, 2010, p. 6)

HO: SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA E A LACUNA DA NARRATIVA HISTÓRICA

A produção de fontes em HO, segundo autores dessa especialidade, pode se direcionar para o preenchimento de lacunas deixadas por outras fontes e para enfocar a relação entre memória e história e refletir sobre eventual discrepância entre ambas. Nesse sentido é a afirmação de Capelle; Palerosi, Miranda (2010, p. 5), ao citar Ferreira (1994):

> Ferreira (1994) identifica duas linhas de trabalho da história oral predominantes nos dias atuais. A primeira usa os depoimentos orais para preencher possíveis lacunas da documentação escrita. Essa linha tem trabalhado com excluídos, com elites e com políticas públicas. Na segunda, o foco são as relações entre história e memória. Neste caso, as possíveis distorções da memória e a subjetividade deixam de ser um problema, pois o objetivo não é confirmar ou não os depoimentos obtidos.
> Ressalta-se, também, que, para alguns objetivos de investigação, o pesquisador não deve se ater apenas aos relatos orais colhidos nas entrevistas, sendo mais comum utilizá-los como complementação de outras fontes pesquisadas. Com isso, evita-se ficar "refém" somente da memória dos entrevistados. (CAPELLE; PALEROSI; MIRANDA, 2010, p. 5)

Os mesmos autores, ao citar Thompson (1992), afirmam que, durante o depoimento, o entrevistador deve ter a habilidade para ajudar o entrevistado a rememorar a situação alvo da pesquisa, considerando-se que o ato de lembrar demanda estímulos, em ocasiões de bloqueio (CAPPELLE; PALEROSI; MIRANDA, 2010, p. 5).



Para tanto, é imprescindível que o entrevistador/pesquisador conheça o máximo sobre o tema, por meio de outras fontes, com o fito de ativar a memória do entrevistado, ao levantar pontos marcantes do evento objeto de estudo. Para ilustrar, reproduzimos as palavras daqueles autores:

> Thompson (1992) argumenta que o lembrar é um processo ativo e recíproco, ou seja, o pesquisador deve remeter o pesquisado a eventos passados, ajudando-o. Para isso, o pesquisador tem que conhecer os fatos e eventos mais comumente reportados por outras fontes já existentes, a fim de que possa ajudar o entrevistado. Fica claro que isso deve ser feito com extrema habilidade, para não enviesar ou intimidar o entrevistado. (CAPELLE; PALEROSI; MIRANDA, 2010, p. 5)

Desse modo, a propósito do contexto histórico no qual repousa o objeto de pesquisa, é com referência nele que o entrevistador elabora o questionário base de sua entrevista. O que pode ser modificado no correr do depoimento, a depender das revelações do entrevistado, para o fim de melhor esclarecer sua implicação no estudo do objeto de pesquisado.

Como exemplo do uso da HO com o fito de captar a memória do depoente e articulá-la com os estudos historiográficos relativos ao tempo narrado pelo entrevistado, trazemos excertos da obra de Montenegro (2019, p. 50), quando indica que a recordação do padre Lambertus, quanto à preocupação social da cúria e dos padres católicos brasileiros e suas posturas, não deve ser generalizada. O que não significa que a memória do indicado entrevistado estivesse errada, apenas destoava de outras observações historiográficas, motivo pelo qual mereceu reflexões e questionamentos adicionais. Vejamos o caso na expressão exata daquele autor:

> Dessa maneira, a observação de Lambertus Bogaart acerca da postura do clero do Brasil não deve ser generalizada. Do contrário seriam silenciadas práticas de resistências e participação da Igreja Católica do Brasil em importantes embates sociais ao lado das classes trabalhadoras. (MONTENEGRO, 2019, p. 50)

A MEMÓRIA COMO FONTE HISTÓRICA

Refletir sobre a memória como fonte histórica, obriga-nos a esclarecer que a história não deve ter mais a pretensão de apresentar os fatos tais como realmente aconteceram. Justamente por isso – e também no sentido de aprimorar, com diferentes perspectivas de dado fato histórico, por meio de questionamentos despertados pela memória (elementos eventualmente ignorados pela historiografia) – é que alguns historiadores a adotaram como aliada da perspectiva história-problema, segundo Leite (2018, p. 389), citando Barros (2011).

HO PARA O PREENCHIMENTO DE LACUNAS

Por outro lado, há também a possibilidade do uso da HO para o preenchimento de lacunas existentes em outras fontes de pesquisa, conforme assevera Alberti (2013, p. 30):

> A entrevista de história oral permite também recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc. (ALBERTI, 2013, p. 30)

Nessa linha de trabalho da HO, é o caso ora analisado/pesquisado neste estudo: apuração das razões da escolha do Recife como sede do TRF5. Isso porque não existe documentação oficial expondo os motivos da vinda do TRF5 para o Recife. Assim, dentro da visão historiográfica que possibilita a construção da narrativa histórica baseada em fontes de memória, por meio de entrevistas com testemunhas ou participantes desse evento submetido à investigação histórica, tentamos agregar novas perspectivas à reconstrução do momento da opção por essa sede do TRF5 no Recife.

Montenegro (1994, p. 149-152) traça o "Manual do entrevistador de História Oral", em que, preliminarmente, afirma que, desde o início, devem ser esclarecidos ao depoente o motivo, o objetivo e o destinatário do registro de suas memórias; e que ele narrará a sua vida ou parte dela. Após a concordância do depoente,

deve ser preenchida uma ficha com nome completo, data e local de nascimento, endereço atual e data em que a entrevista se realiza. Ainda deve ser solicitada, por escrito, a autorização para divulgar a entrevista, o que poderá ser assinado ao final da entrevista ou após a transcrição da mesma. Sobre o ato de entrevistar, aquele autor adverte que, na rememoração por meio do diálogo, a empatia deve estar presente, deve-se estabelecer um clima de interesse e tranquilidade, ainda que o contado não atenda ao objetivo do pesquisador, e o entrevistador deve se "colocar na postura de parteiro de lembranças, facilitador do processo que se cria de resgatar marcas deixadas pelo passado na memória".

Montenegro (1994, p. 149-152) alerta que a fala do entrevistado deve ser absolutamente respeitada; que a memória está sempre se reconstruindo a partir do olhar do presente. E, por esta característica da memória, cabe ao pesquisador procurar conhecer ao máximo a história em que a memória em estudo fora construída, inclusive para fins de intervenção no relato com o fito de melhor compreensão do então narrado. As perguntas devem ser curtas. Deve-se evidenciar ao entrevistado que o fundamental são as descrições que ele realiza ao responder as perguntas. O autor ressalta também que o entrevistador deve se preparar para o silêncio do depoente, o que pode ocorrer nos seus (do depoente) momentos de profunda introspecção (MONTENEGRO, 1994, p. 149-152).

Outro aspecto importante que Montenegro (1994, p. 149-152) destaca é que a memória pode vir à tona por estímulos diretos (memória voluntária) e por meio da memória involuntária. Nesse caso, desenvolver a entrevista a partir da história de vida possibilita um campo maior de estímulos involuntários e de associações. Além do que, o perfil da história de vida do depoente amplia significativamente a compreensão da memória do depoente.

AS ENTREVISTAS DO CASO EM CONCRETO

Para a realização das entrevistas necessárias a este estudo, procuramos o contato com as pessoas presentes em momentos próximos (antecedentes ou precedentes)

à instalação do TRF5 no Recife. No primeiro momento, foram escolhidos os servidores que participaram do esforço da adaptação/reforma da estrutura do Palácio Frei Caneca, entre os anos de 1987-1988, logo após (e/ou antes) da Resolução n. 1/88 do ex-TFR, que estabelecera as sedes dos TRF's. Ao mesmo tempo, pesquisamos, nos jornais de maior circulação em Pernambuco, na época, notícias acerca desse evento. Encontramos, ainda na fase do projeto de pesquisa, indicação na cópia do Jornal do Commercio (PE) e do Diário de Pernambuco, de 31 de março de 1989, arquivados no Memorial do TRF5, a entrevista com o Ministro Gueiros Leite, Presidente do TFR na época, citando pessoas com quem manteve contato para o esforço de trazer a sede do TRF5 para o Recife.

Com as informações acima indicadas, optamos primeiro por entrevistar o Desembargador Federal Decano, atuante desde a instalação do TRF5, e os primeiros servidores do TRF5. A partir de suas narrativas, cruzamos as informações delas com a dos jornais já citados, e escolhemos para entrevistar o então Deputado Estadual citado em ambas fontes. Por meio da narração deste entrevistado, vimos a necessidade de entrevistar pessoas ligadas ao núcleo social do então Governador Miguel Arraes e ao do seu Vice-Governador Carlos Wilson.

Sempre observando as indicações dos manuais de HO, optamos por sempre esclarecer, já no primeiro contato com os entrevistados, "quem" era o entrevistador, "para que" era a entrevista e o método da HO, consistente na necessidade de ouvir as suas "memórias sobre o fato pesquisado". Sempre marcamos a entrevista no local, dia e hora escolhidos pelo depoente. Usamos o gravador de dois smartphones para colher as vozes dos depoentes. Previamente também esclarecemos a necessidade do termo de autorização por escrito e que esse termo poderia ser assinado após o depoente conferir e acatar a transcrição do áudio – optamos por transcrever exatamente o narrado, para preservar ao máximo a ideia do entrevistado. Essa transcrição será enviada, com páginas numeradas a serem rubricadas, juntamente com a cópia do áudio e o termo de autorização, num envelope lacrado, a ser entregue na residência do depoente, para aposição de sua assinatura, após as correções que acharem devidas no depoimento

transcrito. Posteriormente a todo esse cuidado, é que poderão as entrevistas ser utilizadas como fonte desta pesquisa.

CONCLUSÃO

Considerando que as entrevistas em HO ofertam perspectivas tão diversificadas do ponto de vista individual, mormente pelo fato de os depoentes pertencerem a diferentes círculo social e político, acreditamos que, com o uso dessa fonte, iremos nos aproximar mais do nosso objeto de pesquisa, já que teremos condições de realizar uma análise mais detalhada das tensões políticas geradas por e até a escolha da sede do TRF5 no Recife, bem como seu critério de escolha, juntamente com outras fontes, quais sejam, as diversas notícias veiculadas nos jornais brasileiros e a documentação oficial colhida ao longo da confecção do trabalho de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 24-33.

ALMEIDA, Magdalena Maria de. História oral e formalidades metodológicas. **XI Encontro Nacional de História Oral. Memória, Democracia e Justiça**. Rio de Janeiro, 10 a 13 de julho de 2012. UFRJ – IFCS – IH. Disponível em: https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1332442488_ARQUIVO_ABHOHistoriaoraleformalidadesmetodologicas.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. **IV Semana de História do Pontal. III Encontro de Ensino de História. Política, Gênero e Mídia na pesquisa e no ensino de História**. Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal, de 29 de novembro a 02 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; PALEROSI, Ceyça Lia; MIRANDA, Adílio Rene Almeida. Um Exemplo do Uso da História Oral como Técnica Complementar de Pesquisa em Administração. **VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**. Florianópolis/SC – 23 a 25 maio de 2010. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjzi6z_mYDtAhU6IbkGHdf-

AskQFjAAegQIARAC&url=http%3A%2F%2Fwww.anpad.org.br%2Fadmin%2Fpdf%2Feneo117.pdf&usg=AOvVaw39OOm5fKKbT36ydncUi7Wa . Acesso em: 21 out. 2020.

LEITE, Analândia. Memória: fonte auxiliar na narrativa histórica da instalação do Tribunal Regional Federal da Quinta Região. **XIII COLÓQUIO DE HISTÓRIA DA UNICAP | III COLÓQUIO DE HISTÓRIA DO PPGH. Cidades, história, cultura e memórias municipais**. 2019. Disponível em: http://www.unicap.br/ocs/index.php/coloquiodehistoria/coloquiodehistoriaxix/paper/view/1496/458 . Acesso em: 11 nov. 2020.

MENEGOLO, Elizabeth D. da C. E; CARDOSO, Cancionila J.; MENEGOLO, Leandro Wallace. O uso da história oral como instrumento de pesquisa sobre o ensino da produção textual. **Revista Ciência & Cognição 2006**; vol. 09; p. 02-13. Disponível em: http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/596/378 . Acesso em: 15 out. 2020.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Travessias:** padres europeus no nordeste do Brasil (1950-1990). Recife: CEPE, 2019, pp 42-45, 48, 52.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1994, pp. 10- 27, 149-152.